

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Relatório de Gestão

2008

DECLARAÇÕES DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA

(AC)(Decisão Normativa nº 93, de 03/12/2008)

1-Plena

Declaro, para fins do disposto do art. 2º da Decisão Normativa TCU nº 93/2008, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

SUPERINTENDENTE

BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL

NÚCLEO APOIO JURÍDICO REGIONAL
JEAN CARLO MELO DE OLIVEIRA

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SYLMARA LEITE BENTO

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA
DORIEDSON VIANA DOS SANTOS

SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
CIRO RICARDO FIGUEIREDO DE ARAÚJO

NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES SOBRINHO

NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES
IDERLAN DE OLIVEIRA SOUSA

NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA
PAULO DE TARSO PASSOS FERNANDES

SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
CARLOS FRANCISCO MAURIZ LOPES

NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
JAHELTON SOARES DA SILVA

NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL
HÉLIO ARAÚJO SILVA

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
SÉRGIO RICARDO BEZERRA ARAÚJO

NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS
ANERÃO DA SILVA COUTINHO NETO

NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES
PAULO ROBERTO PINTO VERAS

SEÇÃO DE CORREIÇÃO E DISCIPLINA
JOABLE DE CARVALHO CHAVES

NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS
FRANCISCO DE ASSIS CRUZ OLIVEIRA JÚNIOR

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
ELIZA SANTOS DE MORAIS

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
EDNA MARIA CANTANHEDE FERREIRA DA COSTA

NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL
SELMA MARIA DOS SANTOS MOURA

NOMINATAS DE DELEGACIAS

DELEGACIA 17/1 (TERESINA)
JOÃO FRANCÍLIO BARBOSA VIANA

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
ISAÍAS CARLOS DE ARAÚJO FURTADO SEGUNDO

DELEGACIA 17/2 (PIRIPIRI)
TARCÍSIO DA CRUZ RODRIGUES

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
ROBERTO DO RÊGO MONTEIRO MELO

DELEGACIA 17/3 (FLORIANO)
WELLINGTON BATISTA RODRIGUES

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
BERNARDINO PINTO DE OLIVEIRA

DELEGACIA 17/4 (PICOS)
GILDIWÂNIO BARROS LEAL

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
BENEDITO DE SOUSA LIMA

DELEGACIA 17/5 (PARNAÍBA)
CLEVA MARIA DA SILVA CARVALHO

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
FERNANDO FERRARE VAL SOUSA

SUMÁRIO

1. Identificação	7
1.1. Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada	7
1.2. Estrutura Organizacional da 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ	8
1.3. Apresentação	9
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	10
2.1. Responsabilidades institucionais – papel na execução das políticas públicas	10
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	14
2.3. PROGRAMAS	17
2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	17
2.3.1.1. Dados gerais do programa	17
2.3.1.2. Principais Ações do Programa	17
2.3.1.3. Gestão das Ações	17
2.3.1.3.1. Ação 1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	17
AÇÃO 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	18
AÇÃO 200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	19
AÇÃO 1835 Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação	19
AÇÃO 8698 - Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	20
AÇÃO 7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	21
2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais	22
2.3.2.1. Dados Gerais	22
2.3.2.2. Principais Ações do Programa	22
Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de Servidores da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	22
AÇÃO 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	24
AÇÃO 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal	25
AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	32
AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	40
AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	41
AÇÃO 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais	43
AÇÃO 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	45
Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública	46
Ação 86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	47
Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais	49
Ação 8703 – Atividade Correicional	50
Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	52
2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo	52
2.3.3.2. Principais Ações do Programa	53
2.3.3.3. Gestão das Ações	53
Ação 2000 - Administração da Unidade	53
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes	55
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	56

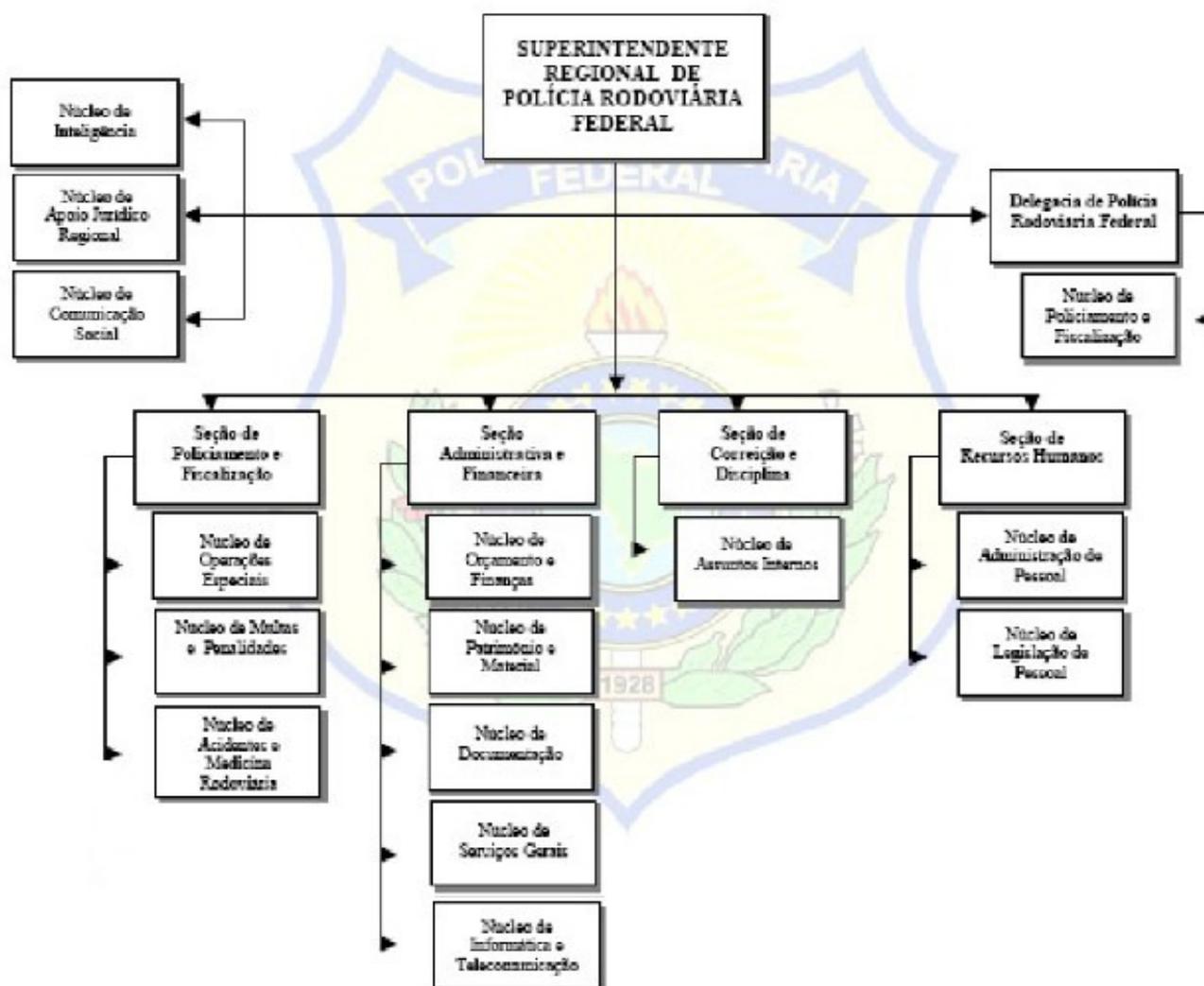
Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	56
Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	57
Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	58
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	58
2.4.1 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	58
2.4.1.1. OBJETIVOS E METAS	58
2.4.1.2.INDICADORES DE PARÂMETROS DE GESTÃO	59
2.4.1.3-ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	60
3. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	64
4. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL	65
5. OPERAÇÕES DE FUNDOS	66
ANEXO A-DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	67
ANEXO B -DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES	68
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	69
ANEXO D - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	70
ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008	71
ANEXO F – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE 2008 (item 14 do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008)	72
ANEXO G – TABELA DO CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES	73
6. DECLARAÇÕES	75
6.1. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE/MJ	76
6.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	77
7 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	78
8 -DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA	79
9 – DECLARAÇÃO DA UNIDADE REGIONAL DE PESSOAL QUANTO AO ATENDIMENTO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	80
10-DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS NO EXERCÍCIO DE 2008	81
11-CONCLUSÃO	82

1. Identificação

1.1. Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo e sigla: 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ - 17ª SRPRFPI
CNPJ: 00.394.494/0122-23
Natureza jurídica: Entidade desconcentrada da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial: Vinculado ao Ministério da Justiça
Endereço completo: Avenida João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, Teresina/PI, cep 64.045-000, telefone (86)3233-1414, 3233-2-1808
Endereço da página institucional na <i>internet</i> : http://portalnet.sede.dprf.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional: Regimento Interno disposto na Portaria nº 3.741, de 15.12.2004, publicado no DOU na mesma data, tendo por finalidade, além do disposto no parágrafo 2º do art. 144 da CF, a competência estabelecida no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro, e o disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, além da estrutura organizacional constante no art. 2º, inciso II e § 1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 a 95, todos da Portaria nº 3.741/2004.
Código da UJ titular do relatório: 200127 – 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.
Códigos das UJ abrangidas: Não consolida outras unidades
Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em pleno funcionamento
Função de governo predominante: Segurança Pública
Tipo de atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI: 200127 – 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

1.2. Estrutura Organizacional da 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ



1.3. Apresentação

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 03, de 19 de dezembro de 2008, aprovada pela Portaria CGU nº 2.238/2008, com a Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e a Decisão Normativa TCU nº 93/2008, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2008, apresentado, para apreciação, pela Administração Regional da 17ª Superintendência Regional, órgão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça.

Neste Relatório de Gestão, há menção às metas, aos resultados consolidados, bem como à destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – *Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo*, no exercício de 2008. Constituindo o relatório instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

Gestão, Planejamento e Controle nortearam a elaboração deste Relatório de Gestão, que, organizado e sistematizado, possibilita a visualização das ações desenvolvidas pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2008 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

A 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, como entidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, encerra seu exercício de 2008 ao preconizar a missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais – papel na execução das políticas públicas

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO PIAUÍ, entidade desconcentrada da Administração Direta, órgão integrante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça, tem sua competência definida no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23.09.1997, no disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, e no pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007, apresentando a Unidade Regional as seguintes atribuições:

- ✓ realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- ✓ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- ✓ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ✓ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- ✓ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- ✓ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça

para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de

materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os principais objetivos definidos para 2008 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

A presença da viatura na rodovia cria uma expectativa de punição nos usuários, acabando por reduzir e mesmo inibir acidentes. Para isso, deve-se alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

O cartão programa apresenta um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através dos bancos de dados da PRF, o Datatran e o DINOP, verificam-se os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, respectivamente, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

Com reduzido número do efetivo de policiais por posto no plantão, inclusive nos Postos de Alegrete (Posto 02 da 5ª Del. de Picos/PI) e de São João da Fronteira (Posto 02 da 2ª Del. de Piripiri/PI), devendo 01 (um) ficar no posto para atendimento ao público e de chamadas emergenciais, enquanto ao outro cabe o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que torna altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Inclusive no Regimento Interno, bem como no Manual de Rotinas Operacionais do Policial Rodoviário Federal, é proibido o deslocamento de apenas 01 policial na viatura, exceto para atender acidentes e para prestar auxílio ao usuário na rodovia. Assim, fica inviável o cartão programa nesses postos onde o efetivo é reduzido, não sendo os pontos críticos nas rodovias fiscalizados.

A extensa malha rodoviária do estado do Piauí aliada ao reduzido número de postos inviabilizam a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal ao ultrapassar os 100 km de rodovias por posto na 17ª SRPRF/PI, considerado esta distância ideal para um atendimento satisfatório ao proporcionar uma redução no tempo-resposta. O posto de Floriano (posto 1 da 3ª Del. de Floriano/PI), localizado a 248 km da cidade de Teresina/PI, encontra-se no sul do Estado e fica responsável por um trecho rodoviário de mais de 800 km a sul do Estado, tendo como estados

limítrofes Maranhão, Tocantins e Bahia, ficando praticamente inviável fiscalizar toda essa extensa malha rodoviária.

Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:

A frota da 17ª SRPRF/PI é composta, em sua maioria, por veículos com mais de 02 anos de uso, tornando-se, em muitos casos, praticamente inviável a manutenção corretiva por superar em custos o valor do próprio veículo. Inclusive, em função da escassez de recurso, a manutenção preventiva praticamente não é assimilada de forma eficaz em razão da provisão orçamentária estimada em contrato próprio nesta Unidade Regional.

Cabe ressaltar que essa limitação orçamentária fora estabelecida através da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do DPRF que contemplou esta Regional na medida do possível quando de suas descentralizações em nível nacional devido aos ajustes direcionados quando das liberações do Ministério da Justiça.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas, inclusive motociclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

Em trechos urbanos, os motociclistas, pelas curtas distâncias, não tomam as devidas precauções como uso de capacete, contribuindo de forma considerável para o aumento do número de acidentes.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes. Ainda, se faz necessária a inclusão de mais radares móveis e sinalização nos trechos urbanos, especialmente naqueles onde há elevados índices de acidentes, visando a redução dos mesmos.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

O efeito gerado pela utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido mostrado eficaz para diminuição de infrações de trânsito nas rodovias. Frequentes as infrações de trânsito em rodovias duplicadas, promovendo acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos, visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. Não houve até o momento aquisição dos equipamentos contadores volumétricos.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2008, foram ministrados diversos cursos de capacitação do policial, como bem demonstra o resultado da Ação 2524-Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Construção, reforma e ampliação de postos de fiscalização da 17ª SRPRF/PI

A implementação da construção, reforma e ampliação das unidades desta 17ª SRPRF/PI visa prover a instituição de uma estrutura física adequada para a logística da atividade do Policial Rodoviário Federal, dando um suporte à atividade fim do servidor.

Não houve um expressivo investimento na estrutura física da Regional no exercício 2008, por ter sido priorizado em 2007.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Dificuldades:

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.1. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.1.2. Principais Ações do Programa

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação
1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

2.3.1.3. Gestão das Ações

2.3.1.3.1. Ação 1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Construção de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Construção de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

AÇÃO 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações no acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Foi realizada uma licitação do tipo convite, correspondendo ao convite nº 01/2008, cujo objeto trata de contratação de empresa especializada para a elaboração das condições físicas e de infra-estrutura (rede elétrica, hidráulica, rede de dados e voz, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e o sistema de comunicação visual) com a confecção dos projetos executivos de reformas ou ampliações para as unidades operacionais, sob gestão da 17ª SRPRF/PI.

8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
Financeiro	R\$ 29.780,00	R\$ 29.780,00	100,00

AÇÃO 200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Não houve resultado para o exercício de 2008 na 17ª SRPRF/PI.

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telemática
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática da 17ª SRPRF/PI

Resultados

O sistema voip está em pleno funcionamento nos postos e delegacias desta Regional, proporcionando à instituição. Houve instalação de servidores e rack no Núcleo de Telemática/17, proporcionando melhor desempenho da rede; instalação de antena VHF banda baixa na Delegacia de Parnaíba visando qualificar o funcionamento do rádio; instalação de toda a rede lógica das novas sedes da 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI, 4ª Delegacia na cidade de Picos/PI e da 3ª Delegacia na cidade de Floriano/PI, executando a comunicação de dados e a interligação entre os respectivos pontos. Revisão e ampliação da rede lógica da 2ª Delegacia na cidade de Piriapiri/PI e 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI, bem como ampliação da rede lógica da sede da 17ª SRPRF/, especificamente no Canil, Núcleo de Administração de Pessoal, Corregedoria e Samu. Foi feito um levantamento dos principais pontos para a instalação de repetidoras no estado do Piauí para melhorar a comunicação via rádio. Elaborado projeto básico para aumento da velocidade dos links dos postos e delegacias da Regional.

1835 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 126.264,34	R\$ 126.264,34	100,00

AÇÃO 8698 - Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações. Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática.
Descrição	Pagamento de diárias e passagens
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telemática
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Telemática

Resultados

Foi realizada licitação na modalidade pregão eletrônico de nº 010/2008, constante em processo administrativo nº 08.668.002.844/2008-19, cujo objeto trata da aquisição de aparelhos e equipamentos de processamento de dados, como impressora multifuncional, notebook, estação de trabalho padrão e scanner, visando qualificar e dinamizar a execução das atividades pelo Policial

Rodoviário Federal na prestação de um adequado serviço público.

A contratação de serviços de comunicações de dados, através da comutação de pacotes CVP's-circuitos virtuais permanentes e frame relay, por meio do Contrato nº 05/2009 com vigência até 01/08/2009, tendo como contratada a Telemar Norte Leste S/A. O sistema de comunicação de dados atinge todos os Postos e Delegacias da 17ªSRPRF/PI e sua manutenção frequente é realizada pelo órgão com reparos.

8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 410.439,62	R\$ 410.439,62	100,00

AÇÃO 7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	HENRIQUE ARAÚJO DE LIMA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Aquisição de 01 (um) veículo para as atividades da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

200C – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 73.500,00	R\$ 73.500,00	100,00

2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

2.3.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
4641 Publicidade de Utilidade Pública
86A1 Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
8703 Atividade Correicional
8692 Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais
2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área da Segurança Pública

2.3.2.3. Gestão das Ações

Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de Servidores da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenador nacional da ação

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Divisão de Saúde e Assistência Social

LEJANDRE MONTEIRO

Seções de Recursos Humanos

Resultados

O Serviço Social, em consonância com as orientações e diretrizes emanadas da Seção de Recursos Humanos da 17ª SRPRF/PI, vem desenvolvendo as atividades previstas no PROSSERV, tendo executado no decorrer do ano de 2008 as seguintes atividades:

1. Execução, acompanhamento e avaliação do Projeto de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida dos Servidores,(ver anexo);

2.Orientação, acompanhamento e fiscalização da execução dos planos de saúde dos servidores da 17ª SPRF/PI, constando de:

- Autorização de inscrições de servidores e dependentes nos Planos GEAP, Medial Saúde e Odontoclínicas;
- Orientações gerais acerca dos planos de saúde;
- Divulgação, através de cartazes, folderes e panfletos a todos os servidores da sede e das cinco delegacias, sobre os planos de saúde e outras informações de interesse dos servidores ;
- Lançamento no Sistema de Recursos Humanos/Plano de Saúde (inclusão,alteração,exclusão e consulta) dos beneficiários dos Planos de Saúde GEAP, Medial e Odontoclínicas.

2. Entrevista, seleção e supervisão dos estagiários do convênio da 17ªSRPRF/PI e o Centro de Integração Empresa Escola/CIEE, bem como o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários;

3. Acompanhamento dos servidores com problemas de alcoolismo e outras enfermidades, através de estudos de casos, visitas domiciliares e hospitalares, e, quando necessário, providenciando internação em clínicas especializadas;

4. Ajuda aos servidores em busca de clínicas e profissionais para tratamento de saúde, principalmente aos servidores residentes no interior do Estado, quando solicitado;

5. Acompanhamento e controle dos atestados médicos dos servidores desta regional junto à Junta Médica da Polícia Federal e Junta Médica Nacional/DPRF, responsáveis pela homologação dos referidos atestados;

6. Visitas domiciliares aos servidores e seus familiares para prestar apoio psico-social nos casos fortuitos.

7. Realização de palestras sócio-educativas sobre os seguintes temas:

1 A Arte de Conviver com o Stress

1 Saúde e Equilíbrio do Stress

1 O Valor da Vida

1 A Arte da Felicidade

8. Orientação e encaminhamento dos servidores filiados à Casa do Inspetor visando a garantia de

seus direitos com relação aos benefícios concedidos pela UPRB.

DADOS ESTATÍSTICOS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

ATIVIDADES	Nº de ATENDIMENTO
Visitas Domiciliares e Hospitalares	31
Acompanhamento Psico –Social	05
Entrevistas	60
Encaminhamento Atestado Médico	337
Encaminhamento Junta Médica/Processo(IR, remoção e aposentadoria).	20
Palestras	04
Acompanhamento estagiários	30
Confraternização dos aniversariantes do mês	08

2C78 – ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
Financeiro	R\$ 7.985,60	R\$ 7.985,60	100,00

AÇÃO 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo

Finalidade

Atividade

Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.

Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Telemática

Resultados

Não foram adquiridos por esta 17ª SRPRF/PI equipamentos de contagem volumétrica de trânsito no ano de 2008. Instalado o sistema de monitoramento em alguns postos da Regional, possibilitando um maior e adequado controle nas atividades do Policial Rodoviário Federal, bem como proporciona segurança quando do atendimento ao público. Entretanto, é reduzido o número de postos que apresentam esse sistema de monitoramento.

AÇÃO 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

Descrição Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenação de Ensino/DPRF

Coordenador nacional da ação

Ricardo de Oliveira Betat

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados

RELAÇÃO DOS CURSOS DE 2008 – 17ª SRPRF/PI / DPRF

1. TREINAMENTO PARA A PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO CSR E PATRULHA DA SAUDE

TERESINA – 16/01

2.CURSO Á DISTÂNCIA POLÍCIA COMUNITÁRIA

BRASÍLIA/DF 25/02 á 14/04

●WANDERLEY CUNHA MELO

3. WORKSHOP DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.

BRASÍLIA/DF- 04/05 à 09/05/2008.

●WELINGTON BATISTA RODRIGUES.

4. I ENCONTRO NACIONAL DOS NÚCLEOS DE CAPACITAÇÃO

PORTO ALEGRE/RS – 12/05 á 17/05

●SELMA MARIA DOS SANTOS MOURA

5.TREINAMENTO DE CAPACITAÇÃO EM ANTIPIRATARIA

TERESINA/PI – 16/05

6.TREINAMENTO DO SAMU(TEORIA)

CAMPO MAIOR/PI – 23/05 á 25/05

7.TREINAMENTO DO SAMU (PRÁTICA)

CAMPO MAIOR/PI – 06/06 á 08/06

8.2ª TURMA DO CURSO NACIONAL DE PROMOTOR DE POLICIA COMUNITARIA

TERESINA/PI - 09/06 á 20/06

9.LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – DENATRAN

TERESINA – 16/06 á 19/06

10.II CONGRESSO DA REDE NACIONAL SAMU-

BRASÍLIA/DF – 26/06 á 28/06

11.TRABALHO D O PERFIL PROFISSIONAL

BRASÍLIA/DF – 06/07 á 12/07

●DORIEDSON VIANA DOS SANTOS

12.CURSO DE DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO DA MÁQUINA

RIO DE JANEIRO/RJ – 09/07 á 10/07

●WELENDAL LEAL TENÓRIO

13.CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

CURITIBA/PR - 03/08 á 08/08

●BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL

14. CURSO DE POLICIAMENTO COM MOTOCICLISTA

CURITIBA/PR - 24/08 á 30/08

●SUSANA MARIA DA SILVA BATISTA

15. CURSO DE RECARGA DE MUNIÇÃO

FORTALEZA/CE - 25/08 á 30/08

- **CAIO CESÁR MAIA MENDES**
- **MARCELO ALVES DE ANDRADE SARAIVA**

16. CONFERÊNCIA PARA SUPERAÇÕES DA VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ.

BRASÍLIA/DF – 02/09 á 06/09

- **ELIZA SANTOS DE MORAIS**

17. PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL MÓDULO II, USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA, ARMAMENTO E TIRO

PORTO ALEGRE/RS – 15/09 á 28/09

- **FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES SOBRINHO**
- **JOÃO FRANCILIO BARBOSA VIANA**
- **LOURIVAL JOSÉ VELOSO FILHO**
- **WELENDAL LEAL TENORIO**

18. CURSO DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL MODULO III, POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO COM TALÃO ELETRÔNICO

FORTALEZA/CE – 21/09 á 27/09

- **LUCIANO FERREIRA NUNES LEITE**
- **RAIMUNDO JOSÉ MARTINS RAMEIRO**

19. CURSO AVANÇADO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

AQUIDAUANA/MS – 12/10 á 18/10

- **AFONSO PIO LIMA FURTADO**
- **FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO**

20. CONVOCAÇÃO DE INSTRUTOR P/ O CURSO DE TÉCNICAS DE COMBATE AO CRIME

FORTALEZA/CE – 14/10 á 29/10

- **WELENDAL LEAL TENÓRIO**

21. CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME

FORTALEZA/CE – 14/10 á 29/10

- **EDSON MARCOS DE SOUSA LOPES**
- **IGOR CANUTO ALEXANDRINO**
- **FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE MOURA**
- **RONALDO SOUSA DE MENESES**
- **DIELSON MOITA COSTA**
- **DANIEL ANDRADE COSTA**

22.SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIAS/TCO'S.

RECIFE/PE – 20/10 á 26/10

- **JEAN CARLO MELO DE OLIVEIRA**

23. CURSO DE INVESTIGAÇÃO CORREICIONAL.

FORTALEZA/CE – 26/10 á 03/11

- **DORIEDSON VIANA DOS SANTOS**
- **JAIRO LIMA DE OLIVEIRA**

24. PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL - MODULO III

FLORIANO/PI - 09/11 á 11/11

- **LUCIANO FERREIRA NUNES LEITE**
- **RAIMUNDO JOSÉ MARTINS RAMEIRO**

25. CURSO DE CONDUÇÃO POLICIAL.

● FORTALEZA/CE á TERESINA/PI de 09/11 á 15/11

- LINDSON DE OLIVEIRA SOARES

26. CONDUÇÃO POLICIAL

TERESINA – 10/11 á 14/11

27. CURSO DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL MODULO III, POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO COM TALÃO ELETRÔNICO.

FLORIANO/PI – PICOS/PI 12/11 Á 14/11

- LUCIANO FERREIRA NUNES LEITE
- RAIMUNDO JOSÉ MARTINS RAMEIRO

28. PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL MÓDULO II, USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA, ARMAMENTO E TIRO.

FLORIANO/PI – 13/11 á 19/11

- FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES SOBRINHO
- WELENDAL LEAL TENORIO

29. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA

BRASÍLIA/DF - 16/11 á 22/11

- DORIEDSON VIANA DOS SANTOS
- VALDECI ALVES DO NASCIMENTO
- MANOEL DE BARROS FILHO

30. CURSO DE FORMAÇÃO DE ESPECIALISTA EM OPERADOR DE EQUIPAMENTO.

FORTALEZA/CE – 20/11 à 09/12

- **ROMMEL VASCONCELOS VIANA**

31. CURSO DE FORMAÇÃO DE ESPECIALISTA EM OPERADOR DE EQUIPAMENTO.

FORTALEZA/CE – 21/11 à 24/11

- **ROBERTO WANDERLAN AZEVEDO DE SIQUEIRA**

32. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA 2ª TURMA

BRASÍLIA/DF – 24/11 à 28/11

33. CURSO BÁSICO DE PROCEDIMENTOS DE INTELIGÊNCIA (CBPI)2008

PORTO ALEGRE/RS – 25/11 à 12/12

- **VALDECI ALVES DO NASCIMENTO**

34. PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL MÓDULO II, USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA, ARMAMENTO E TIRO.

FLORIANO/PI - PICOS/PI 25/11 à 04/12

PICOS/PI – PIRIPIRI/PI 07/12 à 15/12

35. INSTRUÇÃO DE TIRO DE ARMA LONGA E ARMA CURTA

PICOS/PI – 29/11 à 30/11

36. SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS DO DPRF E OFICINA TEMÁTICA

BRASÍLIA/DF – 03/12 à 06/12

37. CURSO DE BÁSICO DE PROCEDIMENTOS DE INTELIGÊNCIA (CBPI)2008.

PORTO ALEGRE/RS – 03/12 á 12/12

- **DORIEDSON VIANA DOS SANTOS**

38. REUNIÃO DE GRUPO TÉCNICOS

SÃO PAULO/SP – 04/12 á 06/12

39.CURSO DE FORMAÇÃO DE ESPECIALISTA EM OPERADOR EQUIPAMENTO

FORTALEZA/CE – 11/12 á 15/12

40.CURSO DE INVESTIGAÇÃO CORREICIONAL

PORTO ALEGRE /RS – 13/12 á 26/12

41.CONDUÇÃO POLICIAL

PARNAÍBA – 15/12 a 18/12 ; 23/12 e 29/12

- **LINDSON DE OLIVEIRA SOARES**

- **DORIEDSON VIANA DOS SANTOS**

2524 – CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 37.566,99	R\$ 37.566,99	100,00

AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo

Atividade

Finalidade

Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Descrição

Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito...

Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade.

Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção...

Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF

Unidades executoras

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenador nacional da ação

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

DPRF e Unidades Regionais

Coordenação Geral de Operações

Coraci Ricardo Fernandes Vieira

Seções de Policiamento e Fiscalização

Resultados

As Operações, no decorrer do ano de 2008, desenvolveram-se seguindo o calendário determinado pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Operações de Férias e Feriados Nacionais	Período	
	Início	Término
Operação Verão	14/12/2007	02/03/2008
Operação Carnaval	01/02/2008	06/02/2008
Operação Semana Santa	20/03/2008	23/03/2008
Operação Tiradentes	18/04/2008	21/04/2008
Operação Dia do Trabalhador	01/05/2008	04/05/2008
Operação Fim de Ano	12/12/2008	31/12/2008

PLANO DE TRABALHO COMPLEMENTAR (Operações a nível regional)

Durante o ano foram efetuadas Operações a nível regional, apoio a Operações do DPRF e Operações conjuntas com outros órgãos, como explicitadas a seguir:

1. O.M 01/2008/SPF – OPERAÇÃO SUBTERRÂNEO 2008

PERÍODO: 22 a 24 de janeiro de 2008.

OBJETIVO: Atender à solicitação da Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes da Polícia Civil do Piauí, feita através do Ofício nº 060-DEPRE/2008, apoiando as ações de combate ao tráfico de drogas ilícitas na região norte do Estado do Piauí..

2. O.M 02/2008/SPF – OPERAÇÃO ESCOLTA 2008

PERÍODO: 26 a 30 de janeiro de 2008.

OBJETIVO: Atender à solicitação do Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí, feita através do Ofício nº 12.000-079/GS/2008, realizando escolta de caráter reservado.

3. O.M 03/2008/SPF – OPERAÇÃO CARNAVAL 2008

PERÍODO: 01 a 06 de fevereiro de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

4. O.M 04/2008/SPF – OPERAÇÃO SEMANA SANTA 2008

PERÍODO: 09 de maio de 2008.

OBJETIVO: Estabelecer as diretrizes operacionais da Polícia Rodoviária Federal na circunscrição da 17ª Superintendência Regional para o desenvolvimento da Operação Semana Santa 2008. Com base em Ordem de Serviço nº 002/2008 publicada na 17ª SRPRF/MJ. Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

5. O.M 05/2008/SPF – OPERAÇÃO CORRENTE 2008

PERÍODO: 28 de março a 03 de abril de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

6. O.M 06/2008/SPF – OPERAÇÃO TIRADENTES 2008

PERÍODO: 18 a 21 de abril de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

7. O.M 07/2008/SPF – OPERAÇÃO DIA DO TRABALHO 2008

PERÍODO: 30 de abril a 04 de maio de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

8. O.M 08/2008/SPF - OPERAÇÃO CORPUS CHRISTI 2008

PERÍODO: 21 a 25 de maio de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

9. O.M 09/2008/SPF - OPERAÇÃO LABRADOR 2008

PERÍODO: 13 e 14 de Maio de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

10. O.M 10/2008/SPF - OPERAÇÃO ARACELI 2008

PERÍODO: 16 de Maio de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

11. O.M 11/2008/SPF - OPERAÇÃO ROTA NORTE 2008

PERÍODO: 28 à 31/05/2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

12. O.M 12/2008/SPF - OPERAÇÃO PIRIFOLIA 2008

PERÍODO: 11 a 13 de Julho de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

13. O.M 13/2008/SPF - OPERAÇÃO FÉRIAS NO LITORAL

PERÍODO: 19 a 28 de Julho de 2008.

OBJETIVO: Intensificar, em toda a rodovia, atividades específicas de fiscalização de transporte interestadual de passageiros e transportadores de carga, combate à criminalidade, visto que apenas a presença preventiva das equipes de rondas daquela delegacia, que esta com o efetivo reduzido, não é suficiente para intensificar a fiscalização, devido a forte demanda de veículos naquele entroncamento de Estados, fato este que impõe ao Estado, através do DPRF/MJ, a adoção de providências que visem a diminuição da ocorrência de acidentes e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da fiscalização intensa naquela região, desencadeada pelo período turístico naquela região litorânea.

14. O.M 14/2008/SPF - OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO I

PERÍODO: 28 a 31 de Agosto de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

15. O.M 15/2008/SPF - OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO II

PERÍODO: 12 a 17 de Setembro de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

16. O.M 16/2008/SPF - OPERAÇÃO TEREZA CRISTINA 2008

PERÍODO: 26 a 27 de Setembro de 2008

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade.

17. O.M 17/2008/SPF - OPERAÇÃO REFORÇO I

PERÍODO: 28/DE SETEMBRO DE 2008

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade

18. O.M 18/2008/SPF - OPERAÇÃO ELEIÇÕES 2008

PERÍODO: 04 a 06 de Outubro de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

19. O.M 19/2008/SPF - OPERAÇÃO ESCOLTA DO MINISTRO 2008

PERÍODO: 17 de outubro de 2008.

OBJETIVO: Combater violações à legislação de trânsito, visando garantir à sociedade piauiense tranqüilidade durante seu traslado, bem como promover o fortalecimento do sistema de defesa da cidadania.

20. O.M 20/2008/SPF - OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS I

PERÍODO: 15 de outubro á 13 de novembro de 2008

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

21. O.M 21/2008/SPF - OPERAÇÃO COMEN 2008.

PERÍODO: 12 de novembro de 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

22. O.M 22/2008/SPF - OPERAÇÃO SERRA DA CAPIVARA.

PERÍODO: 12 de novembro de 2008.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade

23. O.M 23/2008/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS II

PERÍODO: 2008.

OBJETIVO: Propiciar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito e de transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas.

24. O.M 24/2008/SPF -OPERAÇÃO ANO NOVO – FASE 1

PERÍODO: 25 a 31 de dezembro de 2008.

OBJETIVO: Intensificar, em toda a rodovia, atividades específicas de fiscalização de transporte interestadual de passageiros e transportadores de carga, visto que apenas a presença preventiva das equipes de rondas daquela delegacia, que esta com o efetivo reduzido, não é suficiente para intensificar a fiscalização, devido a forte demanda de veículos naquele entroncamento de Estados, fato este que impõe ao Estado, através do DPRF/MJ, a adoção de providências que visem a diminuição da ocorrência de acidentes e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio, além do combate à criminalidade, através da fiscalização intensa naquela região, desencadeada pelo período turístico.

25. O.M 25/2008/SPF – OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO III - 2008

PERÍODO: 15 a 17 de dezembro de 2008.

OBJETIVO: Intensificar, em toda a rodovia, atividades específicas de fiscalização de transporte interestadual de passageiros e transportadores de carga, combate à criminalidade, visto que apenas a presença preventiva das equipes de rondas daquela delegacia, que esta com o efetivo reduzido, não é suficiente para intensificar a fiscalização, devido a forte demanda de veículos naquele entroncamento de Estados, fato este que impõe ao Estado, através do DPRF/MJ, a adoção de providências que visem a diminuição da ocorrência de acidentes e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da fiscalização intensa na região metropolitana da grande Teresina, tendo em vista o entroncamento de rodovias, principalmente a BR 343 e 316, além da divisa dos estados do Piauí e Maranhão.

26. O.M 26/2008/SPF – OPERAÇÃO ESCOLTA DE MINISTRO 2008

PERÍODO: 26 a 31 de dezembro de 2008.

OBJETIVO: Pr

27. O.M 27/2008/SPF – OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO IV - 2008

PERÍODO: 21 a 22 de dezembro de 2008.

OBJETIVO: Intensificar, em toda a rodovia, atividades específicas de fiscalização de transporte interestadual de passageiros e transportadores de carga, combate à criminalidade, visto que apenas a presença preventiva das equipes de rondas daquela delegacia, que esta com o efetivo reduzido, não é suficiente para intensificar a fiscalização, devido a forte demanda de veículos naquele entroncamento de Estados, fato este que impõe ao Estado, através do DPRF/MJ, a adoção de providências que visem a diminuição da ocorrência de acidentes e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da fiscalização intensa na região metropolitana da grande Teresina, tendo em vista o entroncamento de rodovias, principalmente na BR 343 e 222 , além da divisa dos estados do Piauí e Ceará.

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ESTABELECIDAS

Um dos objetivos principais da Polícia Rodoviária Federal é a segurança no trânsito, visando a redução do número de acidentes e vítimas, assim como o combate a criminalidade no âmbito das rodovias federais, e esse objetivo nos norteou durante o ano de 2008 no que diz respeito ao planejamento, organização e controle das operações.

A densidade demográfica e o número de veículos que passaram a circular nas rodovias tem aumentado substancialmente, somado com as boas condições de pavimentação e sinalização das rodovias federais que cruzam o Estado do Piauí, despertando um excesso de confiança por parte dos condutores fazendo com que os mesmos excedam à velocidade máxima permitida para via. Estes foram fatores que motivaram esta regional a atuar no limite de sua capacidade operacional, visando desenvolver ações mais efetivas na prevenção de acidentes, bem como na intensificação da fiscalização e no combate à criminalidade. Dentre as ações implementadas citamos a atualização

constante do mapeamento dos pontos e segmentos críticos nas rodovias sob circunscrição da PRF no estado, identificando os tipos de acidentes mais freqüentes e realizando ações de caráter preventivo, educativo, ostensivo e repressivo nestes locais. A implantação do Cartão Programa de Policiamento Ostensivo, o qual visa a presença constante da polícia em locais e horários previamente programados, visando a redução nos índices de acidentes e criminalidade. E a intensificação de fiscalização por meio de equipamento eletrônico medidor de velocidade (radar) no sentido de reprimir o excesso de velocidade.

Durante o ano de 2008, foram desenvolvidas várias operações na área de trânsito e criminalidade, porém houve um crescimento no número de acidentes e de vítimas, em muitos casos resultado da imprudência e falta de atenção dos condutores, o que nos motiva a planejar e desencadear novas ações relativas ao trânsito para o ano de 2009.

RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA REGIONAL

DEMONSTRATIVO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO			
VEÍCULOS:	2007	2008	VARIAÇÃO
Acidentes	1893	2011	+6,23
Veículos envolvidos	4574	5420	+18,50
Mortos	159	166	+4,40
Feridos	1308	1378	+5,35

DEMONSTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO			
FISCALIZAÇÃO:	2007	2008	VARIAÇÃO
Autuações	19934	27080	35,86
CNH recolhidas	503	428	-14,91
Veículos fiscalizados	146186	149478	2,25
Veículos retidos	6162	5498	-10,78
Documentos retidos	362	823	127,35
ESCOLTA:	2007	2008	VARIAÇÃO
Escolta/Batedor (carga, desfiles, ...)	83	19	-77,11
APREENSÕES:	2007	2008	VARIAÇÃO
De animais soltos na rodovia	698	415	-40,54
Armas	65	16	-75,38
Maconha(kg)	430,00	345,35	-19,69
Cocaína(kg)	8,10	36,18	346,67
Crack(kg)	15,35	25,6	66,78

AUXÍLIOS:	2007	2008	VARIAÇÃO
A usuários na rodovia	718	1146	59,61
PALESTRAS:	2007	2008	VARIAÇÃO
Quantidade de Palestras	4	22	450,00
PESSOAS DETIDAS	2007	2008	VARIAÇÃO
Pessoas Detidas	483	330	-31,68
Criança/Adolescente Infrator	12	9	-25,00

2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 780.568,38	R\$ 780.568,38	100,00

AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	DORIÉDSON VIANA DOS SANTOS

Resultados

O Núcleo de Inteligência da 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal vem trabalhando para que os resultados das ações desenvolvidas pela regional sejam em sua grande maioria satisfatórios, realizando operações visando o dado negado para subsidiar o planejamento de operações ostensivas.

2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 8.877,42	R\$ 8.877,42	100,00

AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CAMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA

Resultados

O projeto RODOVIDA, encampado pela DISAS/DPRF e iniciado em Marco/2004, prevê a instalação de uma unidade de suporte básico de vida terrestre em cada posto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, uma unidade de suporte avançado de vida terrestre em cada delegacia e uma unidade de suporte avançado de vida aéreo em cada superintendência e/ou distrito, aí entendidos como unidade terrestre o conjunto base + equipe + ambulância e unidade aérea o conjunto base + equipe + aeronave.

O referido projeto estipula ainda, a disponibilização de um kit de aparelhos para a realização de Comandos de Saúde em cada delegacia, entendido como kit o conjunto raizamed + oxímetro + tensiômetro + mensurador de gordura corporal por bioimpedância + balança antropométrica + mensurador de glicose/triglicerídeos/colesterol + fita métrica.

O supracitado projeto prevê ainda envolvimento das respectivas unidades com as seguintes atividades de saúde nas rodovias, a saber:

I - Atendimento pré-hospitalar e resgate;

- II - Transporte inter-hospitalar;
- III - Transporte de órgãos;
- IV - Apoio de saúde a unidades e operações do DPRF;
- V - Apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;
- VI - Comandos de saúde preventivos;
- VII – Atividades de medicina do tráfego;
- VIII-Investigação clínica relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores de veículos;
- IX – Auxílio na investigação de acidentes de trânsito;
- X – Confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes;
- XI-Acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;
- XII–Proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas.

No caso da 17ª SRPRF/PI contamos atualmente com cinco unidades de suporte básico de vida terrestres equipadas situadas na BR 343 - KM 35 (Parnaíba/PI), BR 343 - KM 192 (Piripiri/PI), BR 343 - KM 587 (Floriano/PI) e BR 316 - KM 12 (Teresina/PI), sendo duas conveniadas e reguladas, a exemplo dos convênios com os SAMUs de Parnaíba/PI e Floriano/PI.

As atividades de saúde promovidas na 17ªSRPRF/PI são executadas de forma prioritária por 22 servidores lotados nesta Regional, dispondo de 04 ambulâncias, atuando diuturnamente.

Com o aumento da frota, a demanda tem crescido, apesar da abrangência dessas atividades específicas de saúde nas 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI, 3ª Delegacia na cidade de Floriano/PI, 4ª Delegacia na cidade de Picos/PI e 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI no âmbito da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

O convênio Samu-PRF nas delegacias de Parnaíba e Floriano tem proporcionando atendimento pré-hospitalar adequado e indispensável à vida dos usuários, bem como dos envolvidos em acidente.

As atividades de saúde implementadas por esta Regional encontram-se discriminadas a seguir:

ATIVIDADES DE SAÚDE	QUANTIDADE
Atendimento pré-hospitalar e resgate a vítimas de acidentes	209
Transporte inter-hospitalar	899
Transporte de órgãos	0
Auxílio a Doente	646
Apoio de saúde a unidades e operações do DPRF	5
Apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos	4
Comandos de saúde preventivos	5 com 279 condutores examinados
Investigação clínica relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores de veículos	68
Auxilio na investigação de acidentes de trânsito	570
Confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes	13
Acompanhamento técnico dos cursos e	0

treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas	
Proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas	Aquisição de cerca de R\$ 7.500,00 em material de consumo
Representação da 17ª SRPRF/PI junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Defesa Civil; CETRAN; Sec. Estadual e Municipais de Saúde e outros órgãos e instituições regionais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas	6
Subsidiamento do Superintendente 17ª SRPRF/PI e Chefe da Seção de Policiamento na prática de atos de sua competência, relativos a essa área específica, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação	14

4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIO	R\$ 1.112,40	R\$ 1.112,40	100,00

AÇÃO 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional,

Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF

Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Combate ao Crime
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Operações Especiais

Resultados

4526 – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
Financeiro	R\$ 38.462,42	R\$ 38.462,42	100,00

Na área de criminalidade foram obtidos resultados expressivos, fruto de planejamento, qualificação profissional, uso de tecnologia e estudos de inteligência.

Buscamos também uma melhor qualificação e treinamento do nosso efetivo para a fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos, do Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros e do Vale-Pedágio Obrigatório, treinamento em informática para utilizarmos plenamente as ferramentas disponibilizadas pela internet e a ampliação do número de policiais treinados para o trabalho com cães farejadores, no combate ao narcotráfico e a realização de treinamento para motociclistas, ampliando o quadro já existente.

Efetuamos no decorrer do ano palestras de Educação para o Trânsito nas escolas próximas às rodovias sob nossa circunscrição, principalmente nos trechos com maiores índices de atropelamentos, bem como em empresas de transporte de passageiros e cargas, tendo como público alvo motoristas profissionais, repassando informações e orientações sobre segurança no trânsito.

DEMONSTRATIVO DE CRIMINALIDADE			
VEÍCULOS:	2007	2008	VARIAÇÃO
Recuperados (produto ilícito)	63	47	-25,40%

Retidos/Removidos (para regularização)	3647	5498	50,75%
ARMAS APREENDIDAS:	2007	2008	VARIAÇÃO
Branca	4	2	-50%
De fogo	20	14	-30,00%
DROGAS:	2007	2008	VARIAÇÃO
Maconha (kg)	430,00	345,35	-19,69%
Cocaína (kg)	8,10	36,20	346,91%
Crack (kg)	15,35	25,35	65,15%
Lança Perfume (unid.)	0	0	00,00%
Merla (kg)	0	0	00,00%
Anfetamina/Barbitúnicos (unid.)	0	0	00,00%
CRIMES AMBIENTAIS:	2007	2008	VARIAÇÃO
Animais Silvestres (unid.)	117	253	116,24%
Madeira (m ³)	3699	2700	-27,00%
Carvão (m ³)	7	296	4128,57%
PESSOAS DETIDAS:	2007	2008	VARIAÇÃO
Flagrante (sem necessidade de lavratura)	374	330	-11,76%
Aro infracional (menores)	11	9	-18,18%

AÇÃO 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados

Na 17ª SRPRF/PI, existem na composição do corpo docente os seguintes instrutores:

RELAÇÃO DE INSTRUTORES DA 17ª SPRF/PI

INSTRUTOR	DISCIPLINA
Alexandre da Cruz Sousa	Legislação Especial
Antônio Francisco Gomes de Oliveira	Aspecto da Administração Pública
Antônio Neto Nogueira Vieira	Motociclismo
Benedito Parente Aguiar	Ética e Cidadania
Doriedson Viana dos Santos	Condução Policial
Francisco das Chagas Lopes Sobrinho	ATTA
Hélio Cipriano Feitosa	Motociclismo
Joable de Carvalho Chaves	Legislação Especial
João Francílio Barbosa Viana	Armas Longas
José de Castro Neto	ETICA E CIDADANIA
Mário Augusto Ribeiro	Motociclismo
Marcelo Alves de A. S Silva	Técnicas de Abordagem
Paulo César Dias Moraes	Salvamento
Regenilze Maiyrellin Paula de Araújo Sousa	Salvamento
Rommel Vasconcelos Viana	Salvamento
Rosemiro da Costa Araújo Barros	Fiscalização de Transporte de Passageiro
Selma Maria dos Santos Moura	Direitos Humanos
Tony Carlos Mauriz Cavalcante	Identificação Veicular
Valdeci Alves do Nascimento	Acidentes
Wellendal Leal Tenório	ATTA/Armas Longas

Convênios Firmados

Informamos que há convênio firmado por parte da 17ª SPRF/PI com o Centro de Integração Empresa-Escola. Ainda, relativo aos cursos de capacitação, houve apoio dos órgãos Ibama, Abin e TRT.

Da Gestão dos Recursos Humanos

Composta a 17ª SRPRF/PI de servidores ocupantes do Cargo de Policial Rodoviário Federal, de pessoal terceirizado e estagiários, a Seção de Recursos Humanos preza pela manutenção da estrutura organizacional, bem como executa atividades das áreas de ensino, recursos humanos, legislação de pessoal, saúde e assistência social.

4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 22.196,20	R\$ 22.196,20	100

Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida. Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Comunicação Social

Resultados

Não foi executada esta ação na 17ªSRPRF/PI no exercício de 2008.

Ação 86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de

Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Divisão de Multas e Penalidades

Coordenador nacional da ação

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Resultados:

O Núcleo de Multas e Penalidades/17 teve como ações principais no ano 2008 a orientação, controle e execução das atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito. A autuação e cadastro de processos de defesa de autuação, ressarcimento e cancelamento de infrações.

Coube ao Núcleo a distribuição, às unidades da Superintendência, das normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito, ao perfeito preenchimento do auto de infração e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades. Também o controle e cadastro dos talões de autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados.

O gerenciamento dos processos de cancelamento de multas, elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, para apoio ao Superintendente, assim como prestar apoio técnico à Comissão Administrativa de Defesa de Autuação - CADA, e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, na autuação e cadastro dos processos, bem como o lançamento de resultados dos pareceres.

No atendimento ao público, o NMP teve o papel de fornecer informações diversas sobre infrações, como o fornecimento de consultas nada consta, emissão de boletos e cópias de autos de infrações.

Em relação à estrutura física e pessoal no ano 2008, o NMP manteve-se estável. São duas salas de trabalho com quatro ocupantes, com equipamentos suficientes, sendo renovado apenas os monitores dos computadores. Na área operacional, houve a implementação de nova tecnologia para a autuação, com o funcionamento de equipamento portátil para consultas de veículos e lavratura de auto de infração (EDA), havendo treinamento prático de uso para todos os agentes da Regional.

Em nível nacional, o chefe do NMP participou de encontro com a Divisão de Multas e Penalidades/DPRF, para atualização e aprimoramento dos conhecimentos e procedimentos da área.

Confecção de quadro quantitativo de autuações para subsidiar o Superintendente, referente ao CTB e ANTT:

OUTRAS		RADAR	
MÊS	TOTAL	MÊS	TOTAL
JANEIRO	1.539	JANEIRO	1.569
FEVEREIRO	2.355	FEVEREIRO	05
MARÇO	2.421	MARÇO	00
ABRIL	2.599	ABRIL	716
MAIO	2.445	MAIO	1.615
JUNHO	1.144	JUNHO	208
JULHO	2.215	JULHO	656
AGOSTO	1.301	AGOSTO	618
SETEMBRO	2.445	SETEMBRO	502
OUTUBRO	2.574	OUTUBRO	781
NOVEMBRO	2.081	NOVEMBRO	613
DEZEMBRO	2.278	DEZEMBRO	856
TOTAL DO ANO	25.397	TOTAL DO ANO	8.139
MULTAS	ANTT		
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	TRANSPORTE DE CARGAS/RNTRC		
JANEIRO = 50	JANEIRO= 44		
FEVEREIRO = 22	FEVEREIRO= 57		
MARÇO = 22	MARÇO= 48		
ABRIL = 27	ABRIL= 115		
MAIO = 35	MAIO= 80		
JUNHO = 11	JUNHO= 96		
JULHO = 31	JULHO= 115		
AGOSTO = 20	AGOSTO= 158		
SETEMBRO= 34	SETEMBRO= 142		

OUTUBRO= 54	OUTUBRO= 92		
NOVEMBRO= 60	NOVEMBRO= 82		
DEZEMBRO= 32	DEZEMBRO= 31		
TOTAL= 398	TOTAL= 1.060		
	GERAL= 1.458		

86A1 – PROCESSAMENTO E ARRECAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 1.318,38	R\$ 1.318,38	100,00

Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados

MÊS	PERÍODO	TEMA ABORDADO	TIPO DE AÇÃO	LOCAL	PÚBLICO	
março	30/03/2008	30/03/2008	Educação Para um Trânsito Inteligente	Palestra	Fundação Cândida de F. Cunha - Cidade de José de Freitas/PI	200
agosto	07/08/2008	07/08/2008	Direção Defensiva para Condutores de Ônibus	Palestra	Garagem da Viação Santana - Teresina/PI	60
setembro	18/09/2008	18/09/2008	Diversos	Outros	Auditório do DETRAN/PI, em Teresina/PI.	180
setembro	19/09/2008	19/09/2008	A Criança no Trânsito	Palestra	Escola Municipal Vida Verde na cidade de Campo Maior/PI	150
outubro	29/09/2008	29/09/2008	Ação Preventiva para Caminhões	Outros	Empresa Cacique Veículos, BR-316, Km 10.	
setembro	23/09/2008	26/09/2008	Exposição de equipamentos	Exposição	Exposição de Equipamentos e avaliação de exames feitos pela equipe de saúde da PRF.	
setembro	23/09/2008	26/09/2008	Exposição de equipamentos	Exposição	Exposição de Equipamentos e avaliação de exames feitos pela equipe de saúde da PRF.	
outubro	01/10/2008	01/10/2008	Acidentes de Trânsito - Lei Seca	Palestra	Infraero, aeroporto de Teresina/PI.	40
outubro	24/10/2008	24/10/2008	Responsabilidade no Trânsito de Motoristas e Pedestres	Palestra	Grupo Pão de Açúcar.	50
outubro	31/10/2008	31/10/2008	Exposição de Equipamentos e Distribuição de Material Educativo	Exposição	Escola Danthe, Teresina/PI.	280
novembro	26/11/2008	26/11/2008	Acidente de Trânsito	Palestra	Ambev cervejaria, Teresina/PI.	70
setembro	22/09/2008	22/09/2008	Caminho da Escola	Palestra	Unidade Escolar Dr. João Silva Filho, Parnaíba/PI	160
setembro	23/09/2008	23/09/2008	A Criança e o Trânsito	Palestra	Unidade Escolar Maria Tereza de Jesus Castro Teles, Buriti dos Lopes/PI.	300
setembro	26/09/2008	26/09/2008	A Criança e o Trânsito	Palestra	SESC, Av. Presidente Getúlio Vargas, Parnaíba/PI.	40
setembro	29/09/2008	29/09/2008	A Criança e o Trânsito	Palestra	Povoado Carapebas, Zona Rural de Luis Correia/PI.	120
novembro	06/11/2008	06/11/2008	O Respeito a Vidada e o Melhor Caminho no Trânsito	Palestra	Unidade Escolar Padre Raimundo José Vieira, Parnaíba/PI	500
novembro	26/11/2008	26/11/2008	Segurança no Trânsito e Primeiros Socorros	Palestra	Unidade Escolar Deputada Francisca Trindade, Buriti dos Lopes/PI.	385
março	19/03/2008	19/03/2008	Comando Saúde	Comando Educativo	Posto 17.01.03 - Campo Maior/PI	50
setembro	17/09/2008	17/09/2008	Comando Saúde	Comando Educativo	Posto 17.01.01 - Teresina/PI.	65
julho	31/07/2008	31/07/2008	Comando Saúde	Comando Educativo	Posto 17.03.01 - Floriano/PI.	54
novembro	14/11/2008	14/11/2008	Comando Saúde	Comando Educativo	Posto 17.04.01 - Picos/PI.	65
junho	30/06/2008	30/06/2008	Comando Saúde	Comando Educativo	Posto 17.05.01 - Parnaíba/PI.	55

Ação 8703 – Atividade Correicional

Tipo

Atividade

Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas.

Finalidade

Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.

Descrição

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou

Corregedoria Geral

execução

Coordenador nacional da ação

Responsável pela execução da ação no nível
local (quando for o caso)

CIDENOR GUERRA

Corregedorias Regionais

Resultados

8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRA	R\$ 41.206,43	R\$ 41.206,43	100,00

1)

Número do	08.668.000.405/2007-91				
Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	030/2008			Data: 18/02/2008
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de pistola.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso. Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Inteligência

Resultados

Durante o ano de 2008 o NUINT/PI desenvolveu atividades nas áreas de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil onde participaram 08 (oito) PRF's da área de inteligência e colaboradores, levantando os locais propícios a essa exploração, visando a ação ostensiva (Ordem de Missão nº 001 e 006/2008/NUINT/17); no levantamento das condições de nossas rodovias, onde participaram 04 (quatro) PRF', tendo como resultado uma radiografia das condições gerais das rodovias federais que cortam o Estado do Piauí (Ordem de Missão nº 001/2008/NUINT/17); no combate aos assaltos a cargas, um mal que assola nossas rodovias. Nesse trabalho utilizamos 04 (quatro) PRF's (Ordem de Missão nº 002/2008/NUINT/17), onde seu resultado está sendo conseguido aos poucos, visto que é um trabalho que em sua maioria se torna mais extenso que os demais; e ainda, durante o ano citado, também desenvolvemos atividade de identificação de indivíduos envolvidos em rachas (pegas) (Ordens de Missão nº 003 e 004/2008/NUINT/17).

Além dos trabalhos acima citados, subsidiamos todos os chefes de Delegacias da PRF e da Seção de Policiamento e Fiscalização da 17ª SRPRF/PI com informações de caráter mais urgentes, bem como ao senhor superintendente regional. Ainda foram feitos vários trabalhos, localizados, visando à segurança orgânica desta regional.

Para o desenvolvimento dessas ações, utilizamos de equipamentos e meios técnicos necessários e disponíveis pelo Núcleo e pela Coordenação de inteligência como veículos, filmadoras, câmeras fotográficas, computadores, sistemas de internet dentre muitos outros.

2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

2.3.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de

Gerente de programa	seus programas finalísticos
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

2.3.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2.3.3.3. Gestão das Ações

Ação 2000 - **Administração da Unidade**

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis

próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN

Coordenador nacional da ação

Erinaldo Rodrigues Roberto

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Resultados

2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 1.054.676,05	R\$ 1.054.676,05	100,00

– A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

Dos contratos estabelecidos por esta 17ª SRPRF/PI, destacam-se:

- 01/2005 – Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) LDN;
- 08/2004 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mão-de-obra na área de serviços auxiliares para a 17ªSRPRF/PI;
- 05/2008 – Prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada;
- 07/2004 – Contratação de empresa especializada nos serviços de vigilância armada na cidade de Parnaíba/PI;
- 01/2007 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação nas dependências internas da Sede, Delegacias e Postos da 17ª SRPRF/PI;
- 06/2009 – Prestação de serviços de telefonia móvel;
- 03/2006 - Contratação de empresa especializada nos serviços de vigilância armada na cidade de Teresina/PI;
- 08/2008 – Locação de 01 máquina copiadora para reprodução de documentos em preto e branco

para as necessidades da 17ªSRPRFPI;

- 09/2008 – Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da 17ªSRPRFPI lotados na sede e nas 1ª e 2ª Delegacias nas cidades de Teresina/PI e Piripiri/PI;
- 10/2008 – Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da 17ªSRPRFPI lotados na 5ª Delegacia na cidade de Picos/PI;
- 05/2004 – Prestação de serviços postais convencionais, correspondência normal, registrada local e nacional e correspondências expressas-SEDEX local e nacional para capitais;
- 02/2009 – Prestação de fornecimento de passagens aéreas nacionais para o atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins;
- 12/2008 – Prestação de serviço de transmissão de dados do tipo frame-relay;

Para a execução dos serviços mencionados, bem como possível manter os bens móveis e imóveis desta Regional, foram realizados Pregões Eletrônicos, meio licitatório garantidor, em regra, de um dos princípios basilares da Administração Pública, o da economicidade, condensada essa modalidade no seguinte:

- 01/2008- Contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas para as necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins, conforme processo administrativo de nº 08.668.003.785/2007-15;
- 02/2008- Aquisição de 1.800 garrafrões plásticos de 20 litros contendo água mineral sem gás (garrafrão não incluído) e 100 garrafrões plásticos de 20 litros contendo água mineral sem gás (garrafrão incluído) para a 17ªSRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.683/2008-46;
- 03/2008- Aquisição de material de expediente para suprir o almoxarifado da 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.786/2008-14;
- 04/2008- Aquisição de material de consumo dos tipos material de limpeza e gêneros alimentícios para suprir o almoxarifado da 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.787/2008-51;
- 05/2008- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços mecânicos (guincho, manutenção corretiva e preventiva), elétricos (manutenção preventiva e corretiva), estofaria, lataria e pintura em geral com fornecimento de peças e acessórios para os veículos da 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.002.082/2008-51;
- 06/2008- Contratação de empresa especializada na locação de 01 (uma) máquina copiadora para reproduções de documentos em preto e branco, cobradas por franquia, com manutenção dos equipamentos para a 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.002.936/2008-07;
- 07/2008- Aquisição de medicamentos veterinários, produtos de higiene e objetos de uso de canil da 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.002.465/2008-29;
- 08/2008- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços mecânicos (serviço de guincho, manutenção corretiva e preventiva), elétricos (manutenção preventiva e corretiva), estofaria, lataria e pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais leves e pesados da 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.003.937/2008-61;
- 09/2008- Contratação de empresa especializada para o fornecimento de passagens aéreas nacionais para o atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins, conforme processo administrativo nº 08.668.003.756/2008-34;

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Ação não realizada pela 17ªSRPRFPI no exercício de 2008.	

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional	

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	
Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF

Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF

Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.4.1.1. OBJETIVOS E METAS

I-Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários;

O objetivo do programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das

rodovias federais.

O objetivo do programa 1386 é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, afim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública e os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais.

O objetivo do programa 0750 é um programa de Apoio Administrativo comum a todos os órgãos da administração pública federal.

II-Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

-Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

-Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

-Programa 0750

Não há indicador

III-Metas físicas e financeiras na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame;

-Programa 0663

Meta Física 2008: não foi pactuada meta física para 2008.

Meta Financeira 2008: não foi pactuada meta financeira para 2008.

-Programa 1386

Meta Física para 2008: Não foi pactuada meta física para 2008.

Meta Financeira 2008: Não foi pactuada meta financeira para 2008.

-Programa 0750

Meta Física para 2008: Não existe meta física para este tipo de programa.

Meta Financeira: Não foi pactuada meta financeira para 2008.

2.4.1.2.INDICADORES DE PARÂMETROS DE GESTÃO

I-Nome, descrição e tipo de indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

-Programa 0663

a) Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais: pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^\circ \text{ de Mortos} / N^\circ \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

b) Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais: pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_a = ((N^\circ \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^\circ \text{ Acidentes Ano}$

Anterior) – 1) x100, responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

OBS: As fórmulas dos indicadores do programa 0663 foram readequadas no novo PPA 2008-2011.

-Programa 1386

Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas: pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI-Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{unid. Adequadas} / \text{total de unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

2.4.1.3-ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

I-Programa 0663

a) METAS FÍSICAS: redução do número de acidentes e mortes em relação a 2007 e a 2006 (Dados constantes no Relatório de Operacional Diário do Departamento de Polícia Rodoviária Federal).

-Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Número de Mortos 2006.....140
Número de Mortos em 2007.....136
Número de Mortos em 2008.....135

Número Total de Vítimas em 2006.....1012
Número Total de Vítimas em 2007.....1180
Número Total de Vítimas em 2008.....1244

Im 2006= $(140/1012) \times 100 = 13,83\%$
Im 2007= $(136/1180) \times 100 = 11,52\%$
Im 2008= $(135/1244) \times 100 = 10,85\%$

Apesar do maior investimento em resgate e implementação de convênio com o SAMU/MJ, não houve uma redução significativa do número de mortos, devido principalmente ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes.

-TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS(Dados constantes no Relatório Operacional Diário)

Número de Acidentes 2006.....1.473
Número de Acidentes 2007.....1.699
Número de Acidentes 2008.....1.765

O aumento registrado considera números absolutos, não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores

condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou um grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

b) METAS FINANCEIRAS:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2008. Referente ao programa 0663 foi efetivamente empenhado e liquidado R\$ 939.294,22 (novecentos e trinta e nove mil duzentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos).

-PROGRAMA 1386

a)METAS FÍSICAS:

-COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Icaif 2006= 56,12%

Icaif 2007= 81,39%

Icaif 2008= 79,17%

Observações:(quantidade de postos=10 unidades)

O indicador informa que 79,17 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente, resultado do baixo investimento em reformas e construção comparado ao exercício de 2007. Houve uma redução da melhoria dos postos em relação a 2007, onde o índice ficou em 81,39 %.

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....70% (2006) ___ 88,00 % (2007) ___ 93,00% (2008)
(ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação....100% (2006) _ 97,00%(2007) _
70,00%(2008) (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....50% (2006) ___ 60,00 % (2007) ___ 75% (2008) (ver
tabela em anexo)

b)METAS FINANCEIRAS:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2008. Quanto ao programa 1386, foi descentralizado e efetivamente empenhado R\$ 639.983,96 (seiscentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos).

-PROGRAMAS 0750

A)METAS FINANCEIRAS:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2008. Quanto ao programa 0750, foi descentralizado e efetivamente empenhado R\$ 1.054.676,05 (hum milhão e cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta e seis reais e cinco centavos).

3. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não há previdência complementar patrocinada nesta Unidade Jurisdicionada.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

4. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não há instituições beneficiadas por renúncia fiscal.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

5. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não foi executada operações de fundos nesta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2008.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

ANEXO A - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não há tomadas de contas especiais executadas por esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2008.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

**ANEXO B -DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DE PERDAS,
EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES**

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU n° n° 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que inexistem perdas, extravios ou outras irregularidades constantes na Unidade Jurisdicionada no exercício de 2008.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

**ANEXO C - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS COM CARTÃO DE
CRÉDITO CORPORATIVO**

**Declaro que inexistem despesas com cartão corporativo efetivados por esta
Unidade Jurisdicionada.**

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

**ANEXO D - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS
DE CONTROLE**

Declaro que não houve recomendações de órgãos de controle externo, Tribunal de Contas da União, e interno.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

**ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO
EXERCÍCIO DE 2008**

No exercício de 2008, esta Unidade efetuou transferências de recursos à instituição Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, através de convênio firmado com esta Superintendência, conforme quadro abaixo:

TIPO	CONVÊNIO
CÓDIGO SIAFI	521748
TERMO INICIAL/ADITIVOS	CONVÊNIO Nº 02/2004 – 5º TERMO ADITIVO (02/12/2008 a 01/12/2009); 4º TERMO ADITIVO, cujo objeto trata da alteração das cláusulas 1ª, 2ª e 3ª do Termo Aditivo nº 03/2007 em razão da publicação da Portaria MPOG nº 467/2007 de 31/12/2007 que alterou a redação da MPOG nº 313/2007; 3º TERMO ADITIVO (02/12/2007 a 01/12/2008); 2º TERMO ADITIVO (02/12/2006 A 01/12/2007);
OBJETO	COOPERAÇÃO ENTRE PARTÍCIPES VISANDO A ACEITAÇÃO DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR COMO ESTAGIÁRIOS
DATA PUBLICAÇÃO	TERMO INICIAL – 10 DE DEZEMBRO DE 2004.
VALOR TOTAL PACTUADO	R\$ 132.706,08 (cento e trinta e dois mil setecentos e seis reais e oito centavos), valor mensal de R\$ 11.058,84, dos quais R\$ 6.573,00 relativos a bolsa de estágio, R\$ 525,84 para ressarcimento de despesas e R\$ 3.960,00 de auxílio-transporte.
CONTRAPARTIDA	NÃO HÁ
BENEFICIÁRIO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE CNPJ Nº 61.600.839/0001-55
SITUAÇÃO	METAS E OBJETIVOS ALCANÇADOS

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

**ANEXO F – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO , CONCESSÃO DE
APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE 2008 (item 14 do
Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008)**

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	10	10
Pensão	0	0

OBS: 1) *Esta Regional não possui controle dos atos registrados no sistema SISAC;*

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

**Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI**

ANEXO G – TABELA DO CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES

	Postos adequados fisicamente					Postos adequados quanto a TI				Postos com Viaturas Adequadas		s/2
	E.F.	A · E ·	I.	I.E.	S/4	E.I.	Rede DPRF	S.R.	S/3	Q.S.?	I.A.?	
1ª Del.												
BR 343 Km 338	0	1	1	0	0,5	1	1	1	1	0	1	0,5
BR 316 Km 012	0	1	1	0	0,5	1	1	1	1	1	1	1
BR 343 Km 273	1	1	1	0	0,75	1	1	1	1	1	1	1
2ª Del.												
BR 343 Km 192	0	1	0	1	0,5	0	1	1	0,67	1	1	1
BR 222 Km 010	1	1	1	1	1	1	0	0	0,33	1	1	0,5
3ª Del.												
BR 343 Km 192	1	1	0	1	0,75	0	0	0	0	1	0	0,5
4ª Del.												
BR 316 Km 295	1	1	0	1	0,75	1	0	1	0,67	1	1	1
BR 316 Km 207	1	1	0	1	0,75	1	0	1	0,67	1	0	0,5
BR 316 Km 380	1	1	0	1	0,75	1	0	1	0,67	1	0	0,5
5ª Del.												
BR 343 Km 36	0	1	1	1	3	0	0	1	1	1	0	1
Total Subindicador	0,60	1	0,5	0,7	0,93	0,7	0,4	0,8		0,9	0	0,75
Coef. Adequação Instalações Físicas	55,83%											

E.F.-espaço físico

A.E.-aspecto externo

I.-instalações

I.E.-infraestrutura

S/4-soma pontos/4

E.I.-equipamentos informática

Rede DPRF-

S.R.-sistema de rádio

S/3-soma pontos/3

Q.S.?-quantidade suficiente?

I.A.?- Idade Adequada?

S/2-soma pontos/2

6. DECLARAÇÕES

6.1. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE/MJ

6.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

7 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8 -DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSAS

Declaro que inexistem pagamentos de despesas de natureza sigilosa executados por esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2008.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

**9 – DECLARAÇÃO DA UNIDADE REGIONAL DE PESSOAL QUANTO AO
ATENDIMENTO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE
APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS**

**10 - DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE PROJETOS OU PROGRAMAS
FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS NO EXERCÍCIO DE 2008**

Declaro que inexistem projetos ou programas financiados com recursos externos ocorridos no exercício de 2008 nem acumulados até o período em exame.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

11 - CONCLUSÃO

Conforme demonstramos, consideramos significativos os avanços e resultados obtidos por esta Superintendência no ano de 2008, analisando o trabalho desenvolvido e as condições oferecidas, o número do serviço aumentou significativamente ao contrário do número de servidores. Esperamos que em 2009 tenhamos melhores condições para desempenhar as nossas atividades.

Com efeito, obedecendo às metas estabelecidas para serem cumpridas durante o ano de 2008, a 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, buscou ordenar o desenvolvimento das ações voltadas a obtenção dos objetivos elencados na proposta orçamentária/financeira de 2008. Entretanto, metas foram cumpridas, mas alguns (Projetos voltados para o suporte da atividade Operacional) deixaram de serem executadas devido à falta de provisão orçamentária para sua execução. Administrativamente, podemos definir o empenho da gestão de uma forma favorável, já que, os projetos realizados, e concluído pela 17ª SRPRF no exercício de 2008, foram de suma importância para que a 17ª SRPRF não sofresse solução de continuidade administrativa e operacional.

Cabe mencionar que mesmo dentro das limitações encontradas pela Administração Pública (Orçamento, insuficiência de pessoal) buscamos executar com eficiência, eficácia e economicidade os nossos trabalhos norteados pela Missão desta Instituição, através dos fatores determinantes de sucesso, visando alcançar resultados cada vez mais satisfatórios junto à sociedade.

É o relatório.

Teresina/PI, 05 de maio de 2009.

BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

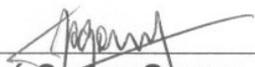
Esplanada dos Ministérios – Anexo II – Sala 501
Brasília-DF, CEP: 70064-900 – Fone : (61) 3429-9163

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 200127 - **17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.**

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 03 de março de 2009.



José Carlos Gomes
Contador Responsável
CRC/DF nº 9.261/O-7



MINISTERIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco T – 4º andar – Sala 402 – Anexo II
CEP: 70064-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3429-3827 – e-mail: cgrh@mj.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os servidores **JOSÉ CARLOS GOMES**, CPF: 115.517.631-68 e **ALVINO JOSÉ LEITE**, CPF: 226.733.771-15, responsáveis pela Contabilidade/MJ, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao Exercício 2008, Ano-Base 2007, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, a IN/TCU nº 05, de 10 de março de 1994 e a IN/TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009.

SUZANA MODESTO DA SILVA
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos
Substituta

INSCRIÇÃO NO CNPJ
00.394.494/0018-84
Ministério da Justiça/Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação Geral de Recursos Humanos
Espl. dos Ministérios 4º Andar Anexo II
CEP 70.064-900
BRASÍLIA - DF